

O Sagrado no Museu

Carlos Terra*



ROQUE, Maria Isabel. *O sagrado no museu: musealização de objectos do culto católico em contexto português*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2011. 362 p. ISBN 978-972-54-0297-9.

Estudos sobre o sagrado e o museu têm sido uma constante na literatura atual, sobretudo no que se refere às instituições museográficas, bem como seus objetos. Em alguns casos se discute o desvirtuamento das obras presentes nessas instituições, pois as obras podem ser sacralizadas ou profanadas. Maria Isabel Roque, que possui grande conhecimento na área de Museologia, de estudos sobre o patrimônio e do sagrado, e vem se dedicando a estudos correlatos. Participou de Comissariados das exposições do Encontro de Culturas, do *Fons Vitae*, dos 500 anos de Misericórdias Portuguesas; integrou o grupo de trabalho que elaborou a versão portuguesa do projeto internacional *Thesaurus: vocabulário de objetos do culto católico*. É autora do livro *Altar Cristão* os quais esse assunto está presente. Além disso, é editora do blog “a.muse.arte”, o qual recebeu em 2019 o prêmio Comunicação Online.

* Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Pelotas, mestrado e doutorado em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. É pesquisador PQ-2 do CNPq. É avaliador institucional e de cursos superiores do INEP/MEC. Atualmente Professor Associado da Escola de Belas Artes/UFRJ, atuando como seu Diretor no período de 2008-2014. Membro do CBHA, da ABCA, da AICA, do ICOMOS-Brasil e do ICOM. E-mail: terrag@gmail.com

Pela problemática que o assunto desperta *O sagrado no museu* já apresenta na sua introdução a necessidade de se averiguar se o sagrado pode ser e como deve ser musealizado. Para se salvaguardar a autora informa desde o início que seus limites ficarão no âmbito da expressão católica ao longo da prática museológica em contexto português. Define claramente que seu período será dos "tesouros medievais até o final do século XX". Em uma narrativa de leitura extremamente agradável, a autora nos leva a refletir sobre a adequação do espaço arquitetônico destinado à apresentação dos objetos e o percurso que o visitante fará. História, religião, política, sacralização, teologia e, liturgia estão presentes na pesquisa histórica e no estudo de caso, que guiam o pensamento da autora.

O livro compreende duas partes, focalizando momentos distintos da história. A primeira divisão, intitulada "**Museologia oitocentista: grandes exposições e museus nacionais**", está organizada em seis subitens, nos quais há uma separação do tema por épocas. Iniciando com os antecedentes museológicos, a autora nos leva a tempos remotos em que o *homo colector* teve o impulso de colecionar. No decorrer da narrativa destaca o mundo da Idade Média, época essencialmente religiosa, sobretudo no período românico, com seus mosteiros e igrejas, e no gótico, com suas catedrais. Entre os objetos "colecionados" estão os relicários, as alfaias, paramentaria religiosa, ourivesaria, joalheria, marfins, cristais, tecidos etc., que davam *status* a seus proprietários.

Maria Isabel nos conta sobre a coleção nos séculos seguintes, mostrando as transformações que o Renascimento gerou e as consequências posteriores. Logo a seguir, um dos itens é dedicado a mostrar como a museologia se desenvolve em Portugal. A criação dos Gabinetes de Curiosidades no século XV é o ponto de partida para chegar à iniciativas museológicas nos séculos XVIII e XIX. A autora dedica um item à Museologia do século XIX, fazendo um arrolamento dos bens religiosos e o impacto na Museologia, e aborda, também, o Museu Portuense e a Academia de Belas Artes, ambos localizados no Porto. Na cidade de Lisboa, dedica-se ao Depósito de São Francisco e à Academia de Belas Artes e Arqueologia. Ainda dentro desse item, dedica algumas páginas à Arte Sacra Ornamental em 1895.

No tema dedicado às coleções de arte religiosa nos museus regionais, Maria Isabel destaca o regime republicano e a separação entre igreja e estado, e aborda, ainda, o Museu Regional e Tesouro da Sé de Évora, o Museu Regional de Aveiro, o Museu Regional de Arte Sacra de Arouca, a Colegiada de Guimarães e o Museu de Alberto Sampaio.

A autora destina parte de seu texto ao estudo de musealização de tesouros eclesiásticos e destaca o Museu da Sé de Coimbra, o Museu do Tesouro da Capela de São João Batista – Lisboa, o tesouro da Sé Primaz de Braga, o Museu Regional de Grão Vasco e o Tesouro da Sé de Viseu. Na sequência, a Museologia de temática religiosa durante o Estado Novo será desmembrada em estudos que se voltam ao Estado Novo e à Concordata, às exposições de arte sacra, promovidas por entidades civis, e às exposições de propaganda missionária.

Finalizando a primeira parte do livro, o estudo é dedicado à Museologia eclesiástica nos finais do século XX e a autora nos brinda com a sistematização da teoria museológica para museus de religião católica, os tesouros da Sé de Lisboa, o tesouro da Sé de Viseu, o Museu de Arte Sacra dos Missionários da Consolata em Fátima, a atividade museológica da Diocese de Beja, as exposições temporárias de iniciativa eclesiástica – exposição Encontro de Culturas, Lisboa, 1994 e Vaticano, 1996; a exposição *Fons Vitae* e a exposição Cristo Fonte de Esperança.

Na segunda parte, intitulada **Musealização de objetos litúrgicos**, os oito itens são destinados aos seguintes assuntos: a percepção do sagrado no culto católico; o rito e a intermediação dos objetos; integração do objeto no ritual museológico; análise do objeto no museu; propostas museológicas; fatores de inteligibilidade do objeto religioso; reconstituição do contexto litúrgico.

Numa narrativa bem estruturada em seus itens e subitens a autora nos introduz ao conceito de sagrado destacando seu caráter universal no cristianismo e nos levando aos conceitos de interdição e aliança. Quando ela aborda o rito e a intermediação dos objetos deparamo-nos com o conceito de rito e liturgia cristã e a observação da ação simbólica atravessando todos os contextos religiosos. Há ainda o destaque das alfaias e paramentos litúrgicos ligados às práticas rituais. Na continuação, a autora trabalha com a integração do objeto no ritual museológico e sua análise, em que a perspectiva que enquadra o objeto religioso é intencionalmente dessacralizada.

Ao analisar o objeto no museu, Maria Isabel destaca a importância que ele tem para o público e, logo a seguir, nos fala da descontextualização que o objeto vai sofrer, que acaba esvaziando seu conteúdo. Ela nos diz:

O objeto exposto no museu é, por excelência, o veículo de comunicação com o seu público, a expressão concreta da mensagem que se quer transmitir; o objeto é isolado, separado do contexto original, de alguma forma anulando a sua função sociocultural em benefício da preservação e da proposta de fruição estética. Torna-se,

portanto, uma espécie de simulacro e confirma a sua autonomia em detrimento da relação com os seus primórdios. No museu, o significado do objeto é vulgarmente exacerbado ou distorcido.

Algumas propostas museológicas são mostradas em tesouros eclesiásticos, em museus de arte sacra, em museus eclesiásticos, bem como os fatores de inteligibilidade do objeto religioso. No seu último item, Maria Isabel se preocupa com a reconstituição do contexto litúrgico no espaço museográfico, destacando, nesse caso, a arquitetura e a concepção do espaço museográfico, a encenação museográfica, as informações textuais – legendas, textos informativos, fichas de comentário, roteiros, catálogos, publicações científicas e informação digital.

Maria Isabel dividiu cada capítulo em 140 páginas e teve o cuidado de colocar, como foi dito anteriormente, subitens no percurso do texto de cada capítulo para facilitar o entendimento do leitor, o que tornou a leitura mais didática. Outro ponto alto são as notas com informações cruzadas, que enriquecem e esclarecem conceitos ou expressões no decorrer do texto, o que dá ao leitor mais opções de leituras sobre o assunto abordado.

Após a conclusão, a autora coloca uma bibliografia que é complementada com a legislação sobre o tema principal abordado. Logo em seguida, nos anexos, encontram-se documentos que podem ser de grande utilidade para os estudiosos do campo (Regras de Transcrição e Doc. 1 – Oração do Museu, Beja, 15 de março de 1791).

Na conclusão, após passarmos por aspectos da História da Arte, da Museologia e da arte religiosa, a autora questiona “se o sagrado seria musealizável”, conforme proposto como objetivo principal, com ponderações que finalizam o bem estruturado trabalho por ela elaborado. Retoma pontos abordados e conclui o seu pensamento sobre a musealização dos objetos sagrados que são incorporados ao museu. Recorremos às suas palavras para pontuar a sua conclusão. Ela nos diz: “Mantendo a norma museográfica, o museu tende a equilibrar ambas as competências: o objeto vale como obra de arte e como peça do sagrado”. E ainda: “O museu apresenta objetos do culto católico e interpreta o conceito religioso que lhes era inerente. Portanto, o sagrado é musealizado”. A autora nos brinda, em seu último parágrafo, com a seguinte conclusão:

Confirmamos, assim, que o sagrado pode ingressar no museu desde que este refira tudo aquilo que o informa: o objeto religioso encontrou aí um espaço e uma forma de expressão; ao museu cabe garantir a

memória da existência passada e o conteúdo teológico da ação ritual em que interveio.

Certamente, esse trabalho é de interesse de todos os estudiosos do sagrado no museu podendo ser de grande utilidade para historiadores, museólogos, historiadores da arte, arquitetos e para todos aqueles que se interessem por esse assunto que atualmente tem sido analisado com bastante cuidado.

Data de recebimento: 10.01.2020

Data de aceite: 09.03.2020